

Artigo

O capitalismo e a apropriação da natureza: usos, consequências e resistências

Gracieda dos Santos Araújo

Unesp

e-mail: gracyeda@yahoo.com.br

p. 112-123

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 23 • nº 1 (2019)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

ARAÚJO, G. A. S. O capitalismo e a apropriação da natureza: usos, consequências e resistências. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 1, p. 112-123, abr. 2019. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/115218>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.115218>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

O capitalismo e a apropriação da natureza: usos, consequências e resistências

Resumo

Este artigo se propõe a discutir o problema ambiental vivido na atual sociedade, trazendo para o debate teórico concepções dos modelos de produção agrícola do agronegócio e da agricultura camponesa. Tudo isso, a partir da abordagem do materialismo histórico-dialético, na perspectiva de Karl Marx. Observa-se que, com o advento das políticas neoliberais, o Brasil tem organizado suas economias em torno da industrialização da agricultura orientada para a exportação, gerando uma série de problemas de ordem socioeconômica e ambiental cujos impactos são sumamente negativos para a saúde pública, as comunidades tradicionais e, sobretudo, para a soberania alimentar. Nessa perspectiva, analisam-se os desafios da construção da agroecologia como matriz produtiva para o campo brasileiro, tendo em vista um projeto de sociedade e de desenvolvimento alternativo ao paradigma capitalista.

Palavras-chave: Questão ambiental. Agronegócio. Resistência agroecológica.

Capitalism and the appropriation of nature: uses, consequences and resistances

Abstract

This article aims to discuss the environmental problems experienced in the actual society, bringing the theoretical debate views on the agricultural production models of agrobusiness and family farming. All of this, from the historical and dialectical materialism approach, as the prospect of Karl Marx. It is observed that, with the advent of neoliberal policies, the country has organized their economies around the industrialization of export agriculture, generating a lot of social-economical problems and environmental concerns, whose impacts of which are extremely negative for public health, traditional communities and especially for food sovereignty. In this perspective, we analyze the challenges of building agroecology as productive matrix for the Brazilian countryside, looking for a project of society and alternative development to the capitalist paradigm.

Keywords: Environmental Issues. Agrobusiness. Agroecological resistance.

Introdução

Este trabalho está estruturado com base na perspectiva do materialismo histórico-dialético de Karl Marx, a partir do qual se analisam os efeitos da falha metabólica entre homem-natureza, dentro do modelo de produção do agronegócio na atual sociedade e como os trabalhadores do campo têm se organizado para resistir às imposições do modelo capitalista. Tomamos as contribuições de alguns teóricos como Marx e Engels (2009), Marx (2013), Teubal (2008), Alentejano (2012), Fernandes (2012), Leff (2002, 2009), Altieri (2010) e Stedile e Carvalho (2012), entre outros, a partir dos quais estabelecemos um diálogo sobre as concepções dos modelos de produção da agricultura capitalista e da agricultura camponesa, bem como as contradições e os desafios do capital para o campesinato no atual contexto. Nessa perspectiva, analisamos os desafios da construção da agroecologia como matriz produtiva para o campo brasileiro, tendo em vista um projeto de sociedade e de desenvolvimento alternativo ao paradigma capitalista.

No bojo do debate da agroecologia da ótica do campesinato, está a luta pela reapropriação dos recursos naturais e do território camponês como espaço de vida e da reprodução da cultura no enfrentamento do modelo do agronegócio, que expropria e exclui os povos do campo.

A relação homem-natureza na perspectiva histórico-dialética: uma análise introdutória

A história das sociedades humanas está pautada no desenvolvimento da relação dos indivíduos com a natureza. O materialismo histórico-dialético toma essa relação como premissa a partir da qual se compreende a constituição das sociedades em cada período. No contexto da sociedade capitalista, a análise dessa relação é fundamental para se compreender a origem dos problemas e das crises que acometem as sociedades.

De acordo com Marx e Engels (2009) na obra *A ideologia alemã*, a essência da sociedade humana é compreendida a partir do desenvolvimento histórico das relações materiais entre humanidade e natureza. Logo, a matriz da realidade social está nas relações materiais concretas, que são estabelecidas pelos homens entre si, por meio de conexões com a realidade objetiva. Assim, é preciso que o ponto de partida seja concreto, objetivo e real, para que a história possa ser compreendida, uma vez que história natural e história humana se inter-relacionam dialeticamente, fazendo o movimento constante da realidade. Essa evolução, resultante da relação homem-natureza-trabalho, cria depois novas necessidades, base de toda uma dinâmica sócio-histórica.

É justamente a dialética natureza-história o princípio fundamental do desenvolvimento das forças produtivas materiais e o que forma a base existencial das relações de troca material entre homens organizados em sociedade.

Em *O capital*, Marx usa o conceito de metabolismo (*Stoffwechsel*) para definir o processo de trabalho como um processo pelo qual o homem, mediante sua ação com a natureza, atua no sentido de suprir as necessidades básicas de sua existência. Para Marx (2013, p. 3266):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Do ponto de vista marxista, o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é, por conseguinte, “uma condição de existência do homem independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Marx, 2013, p. 168). Não obstante, em decorrência das relações de produção capitalista e da divisão antagônica entre campo e cidade, ser humano *versus* natureza, ao longo da história, surge nesse metabolismo uma falha considerada irreparável.¹

Por meio do conceito de falha metabólica, Marx critica as principais questões da economia política burguesa. Portanto, esse conceito lhe permitiu desenvolver a crítica da degradação ambiental e da crise da agricultura, fato que anteciparia as bases do pensamento ecológico na atualidade.

Quanto à discussão da apropriação da terra como meio de produção, Marx (1988, p. 224) sinaliza que:

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica superior, a propriedade privada da terra por determinados indivíduos vai parecer tão absurda como a propriedade privada de um homem por outros homens. Nem mesmo uma sociedade inteira, ou uma nação, ou o conjunto simultâneo de todas as sociedades existentes é dona da terra. Eles são simplesmente os seus posseiros, os seus beneficiários, e precisam legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem como *boni patres famílias* [bons pais de família].

Concluindo sua discussão sobre o conceito teórico de “falha” na “interação” metabólica entre o homem e a terra pelo “roubo” dos elementos constitutivos do solo, Marx evidencia que as contradições do sistema capitalista, pelo crescimento simultâneo da indústria e da agricultura em larga escala, fazem parte do curso criado por esse sistema. Nessa perspectiva, o solo também há de se tornar uma *commodity*, passível de ser comercializado, e sua exploração se fará a partir de leis mercadológicas. Nesse aspecto, Marx antecipa um movimento que vigora amplamente na atualidade, que é a transformação de recursos naturais em mercadorias, em que o uso e a exploração da terra são cada vez mais intensificados pela indústria da agricultura, por meio do chamado agronegócio, para a produção de mais-valia.

1 Marx (2013) descreve a falha metabólica como sendo o resultado da ruptura na relação metabólica entre os seres humanos e a natureza, decorrente das relações de produção capitalista e da divisão entre campo e cidade. O autor explica que o advento da industrialização levou a população a se aglomerar em grandes centros urbanos, quebrando o metabolismo entre o homem e a terra. Essa quebra inibe o retorno dos componentes consumidos pelos seres humanos à terra, causando enorme desequilíbrio no processo de regulação natural da própria vida, com esgotamento do solo e dos próprios trabalhadores.

Agronegócio e questão ambiental: insustentabilidades de um modelo produtivo

O sistema neoliberal atingiu seu auge nos anos 1990, favorecendo o avanço e a hegemonia do capitalismo em todo o planeta. Consequentemente, ajustes estruturais abriram caminho para processos de globalização que afetaram a agricultura e os sistemas agroalimentários em toda a Latino-América (Teubal, 2008). No campo, políticas desenvolvimentistas aliadas aos interesses do capital externo das grandes corporações internacionais passaram a representar uma ameaça à soberania alimentar e ao patrimônio natural do território camponês.

Dependentes dos arranjos tecnológicos e das formas de produção introduzidas pelas corporações internacionais, trabalhadores do campo vivem sob o risco constante da extinção de sua cultura, de sua forma de produzir, viver e trabalhar a terra, estando expostos a problemas de contaminação do solo e da água e ao problema da desertificação das áreas produtivas, gerado pelo uso abusivo de agrotóxicos e da mecanização. De acordo com Teubal (2008, p. 140):

Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Denominamos esse modelo agronegócio.

Para Leite e Medeiros (2012), o agronegócio está ligado sobretudo à ideia do uso de alta tecnologia para o cultivo agrícola de monoculturas (soja, cana, algodão, eucalipto etc.):

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem (Fernandes; Molina, 2004, p. 40).

No Brasil, o agronegócio surge como elemento alternativo ao grande latifúndio, como forma de tirar da propriedade “latifundista” a imagem negativa do trabalho escravo, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, da extrema concentração da terra e, sobretudo, do atraso político e econômico característico do campo brasileiro. De acordo com Fernandes e Molina (2004), latifúndio está associado com terra que não produz, que deve ser utilizada para a reforma agrária. Assim, o surgimento do agronegócio redime a imagem da grande propriedade como fator de concentração, expropriação e exclusão, para dar destaque e relevância ao caráter produtivista e de ampliação da produção e da riqueza por meio desse modelo que tem como grande aliado o uso das novas tecnologias.

Nesse contexto, Alentejano (2012) ressalta a vinculação do crédito subsidiado à propriedade da terra como fator responsável pelo fortalecimento do processo de territorialização do grande capital, de modo que a posse da terra se tornou objeto de especulação financeira. Para

o autor, esse fato não só é responsável pela expulsão das populações do campo, aumentando o movimento migratório, mas também dificulta a reprodução da família camponesa, porque a compra e o acesso à terra se tornam quase impossíveis, forçando os indivíduos a buscarem o assalariamento como forma de sobrevivência.

Todo esse processo de modernização do setor agrícola veio acompanhado do controle crescente das empresas transnacionais do agronegócio sobre a agricultura, pela imposição de um padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos) e pela transformação da produção agropecuária em grandes sistemas agroindustriais. Como destaca Teubal (2008, p. 142), “trata-se de processos relacionados à consolidação de um sistema agro-alimentício ou agroindustrial mundial sob a batuta de grandes empresas multinacionais agro-alimentícias, ou seja, os agronegócios (*agribusiness*)”. Nesse cenário, tem-se o monopólio de algumas corporações como Syngenta, Bayer, Monsanto, Basf, Dow AgroSciences, Dupont e Nufarm, que controlam em toda a América Latina um importante e crescente mercado mundial. Logo, a chamada modernização agrícola oculta um negócio de alta lucratividade, que envolve a comercialização de terras, sementes e venenos e todo um aparato tecnológico, planejado para consolidar a hegemonia do sistema capitalista e a concentração do poder do capital externo nas decisões sobre políticas de desenvolvimento em cada país, em cada continente.

Para Leff (2009), rompendo a harmonia entre os sistemas naturais e os sistemas sociais durante anos de dominação dos povos colonizados, o sistema capitalista impôs uma irracionalidade produtiva ao manejo ecológico, sendo responsável pela degradação ecológico-cultural e, conseqüentemente, pela migração de grandes massas de camponeses para as cidades, aumentando os índices de insalubridade, pobreza e miséria:

Do ponto de vista cultural, o campo hegemônico tem produzido e difundido o mito de que sem os agrotóxicos não é possível produzir – negando assim os 10 mil anos de desenvolvimento da agricultura que antecederam o boom atual dos venenos, iniciado acerca de 60 anos (Rigotto; Rosa, 2012, p. 90).

A dependência das tecnologias e aos domínios de técnicas de produção impostos pela “agricultura moderna” é um fator que contribui cada vez mais para o abandono das atividades no campo e, conseqüentemente, ao êxodo. Num meio rural cada vez mais industrializado, comunidades tradicionais, camponeses, passam a ser identificados pelos seguimentos conservadores como um “obstáculo” ao desenvolvimento. Assim, a imposição da ideologia da “superioridade” das formas modernas de produzir em relação às tradicionais tem tido forte impacto social e econômico nos camponeses. Para Alentejano (2012, p. 480):

O que resulta do processo de modernização é uma agricultura subordinada às grandes corporações agroindustriais e ao capital financeiro e que beneficia cada vez menos os camponeses e trabalhadores do campo em geral e que tampouco contribui para a soberania alimentar.

A esse respeito, Paulin (2010² apud Alentejano, 2012, p. 482) ressalta que pesquisas recentes apontam um aumento de 31% em 1990, para 44%, em 2010 da participação do capital estrangeiro no agronegócio. Em termos gerais, as grandes corporações internacionais já controlam 51% dos embarques de soja e 37% dos de carne suína, voltando-se agora para a produção de álcool e açúcar. Como se vê, a dita modernização do setor agrícola e pecuário do país não só gerou expropriação econômica e cultural dos camponeses como acentuou seu caráter excludente e marginalizante, podendo ser chamada de “modernização conservadora” (Alentejano, 2012). Consta-se que esse sistema só aumentou o lucro das grandes corporações envolvidas.

Segundo Rigotto e Rosa (2012), só na América Latina, o faturamento líquido das empresas na venda de agrotóxicos cresceu de 18% de 2006 a 2007 e 36 2% de 2007 a 2008. Nesse contexto, desde 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos, responsável por movimentar US\$ 6,62 bilhões nesse ano, correspondentes a um consumo de 725,6 mil toneladas de agrotóxico, o que representa 3,7 quilos por indivíduo. Em consequência, as regiões de expansão dos monocultivos do agronegócio têm apresentado problemas graves de contaminação ambiental das águas subterrâneas, a exemplo dos aquíferos Guarani e Jandaíra, a contaminação das águas superficiais em rios, lagos, açudes e sistemas de abastecimento de água para as comunidades, bem como a contaminação do leite materno por agrotóxico em regiões de monocultivo da soja, como tem acontecido no Mato Grosso.

Como enfatizam Leite e Medeiros (2012, p. 83), para os movimentos sociais do campo (MST, Via Campesina):

À medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido. [...] Cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio.

Nesse contexto, o papel da grande mídia tem sido o de procurar convencer a todos da importância do agronegócio para o crescimento socioeconômico do país, vendendo a ideologia de que esse modelo produtivo é responsável pela totalidade da produção agropecuária, sem o qual não se desenvolve o campo. No entanto, comparando os dados da produção agrícola familiar e camponesa com a produção do agronegócio, percebemos quão insustentável é a tese da relevância da agricultura capitalista para a sustentabilidade da nação. Segundo Fernandes (2012, p. 748), de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006,³ 84% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil são unidades familiares e 15,6% são empresas capitalistas, sendo que a área total do território brasileiro utilizada para a produção agropecuária é de cerca de 40%.

Na perspectiva de Fernandes (2012), a insustentabilidade do agronegócio como modelo produtivo para o campo se explicita também no esvaziamento de gente que ele provoca no território camponês. Essa desigualdade fica evidente na relação pessoa/hectare. Para se ter uma ideia, no território do agronegócio, a relação é de duas pessoas a cada 100 hectares, enquanto

2 PAULIN, I. Terra estrangeira. *Veja*, São Paulo, 18 maio 2011, p. 139.

3 IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006*: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

no território camponês é de 15 pessoas a cada 100 hectares. Como se vê, a lógica do agronegócio está voltada exclusivamente para a geração de lucro, independentemente dos efeitos disso no conjunto da sociedade.

Embora a agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual obtido em sua produção foi de 62%, contra 38% da agricultura camponesa, que utiliza apenas 24% da área total. Outro dado importante é que, mesmo só com esses 24%, a agricultura camponesa reúne 74% das pessoas ocupadas, diferentemente do agronegócio, que emprega apenas cerca de 26% (Fernandes, 2012, p. 748-749).

Refletindo sobre a influência da grande indústria na produção agrícola em *O capital*, Marx (1988) já chamava atenção para os problemas ocasionados pela agricultura capitalista e para as consequências desse modelo produtivo na sociedade. Segundo Marx (2013, p. 703):

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. [...] Na agricultura, assim como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirólogo dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador [...]. A dispersão dos trabalhadores rurais por áreas cada vez maiores alquebra sua capacidade de resistência, tanto quanto a concentração em grandes centros industriais aumenta a dos trabalhadores urbanos. Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade.

De acordo com essas premissas e como vimos no tópico anterior, para Marx, a exploração capitalista do solo ganha o sentido de roubo, uma vez que esse modo de produção expõe a incapacidade de se manterem os meios de reprodução da vida humana na terra. Nesse sentido, o autor justifica sua crítica à exploração intensiva do solo pelo conceito de falha metabólica entre sociedade e natureza, expressa no antagonismo dos interesses entre campo e cidade. Assim, o efeito da chamada falha metabólica se explicita no fato de que toda a energia produzida pelo campo, na forma de alimentos e fibras, não retorna a ele na forma de adubos para sua recomposição. Ao contrário, esses insumos acabam concentrados nos centros urbanos, tomando uma dimensão global quando entram na cadeia de distribuição do mercado para diversos pontos do planeta.

Agroecologia como instrumento de resistência e construção alternativa de desenvolvimento no campo

A dependência criada pelo modelo de produção do agronegócio no campo representa um grande desafio para a classe camponesa. A produção agrícola em grandes unidades de exploração para produção de *commodities*, predominantemente destinados à exportação, vem se mostrando insuficiente como modelo produtivo e de desenvolvimento, levando organizações sociais do campo a buscarem caminhos alternativos para a agricultura, que se contrapõem ao modelo do agronegócio. Nesse contexto, o debate e a apropriação da agroecologia surgem como questão relevante na discussão de uma matriz tecnológica para outro projeto político de desenvolvimento do campo, numa perspectiva contra-hegemônica.

Para Gubur e Toná (2012, p. 59), “foi somente a partir de 1989 que o termo agroecologia começou a ser utilizado no Brasil, com a publicação do livro *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*, de Miguel Altieri”. Posteriormente, as organizações não governamentais seriam as principais disseminadoras da agroecologia.

A partir do fim da década de 1990 e sobretudo no início da de 2000, os movimentos sociais populares do campo, principalmente os vinculados à Via Campesina, passam a incorporar o debate agroecológico como estratégia política, dando importantes contribuições ao movimento agroecológico, a exemplo da Jornada de Agroecologia, que se realiza anualmente no Paraná desde 2002.

Em âmbito internacional, a articulação dos movimentos sociais fez nascerem ações conjuntas voltadas para a formação político-profissional em agroecologia, com a criação de importantes espaços educativos (escolas e instituições), em parceria com a Via Campesina Internacional: Escola Latino-Americana do Paraná (Elaa), Instituto de Agroecologia Latino-Americano Paulo Freire (Iala) (Venezuela), Instituto de Agroecologia Latino-Americano Guarni (Iala) (Paraguai), Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (Iala), Universidade Campesina Suri (Unicam-Suri), sistemas universitários e rurais indocampesinos (Argentina) e Escola Nacional de Agroecologia do Equador (ENA) (Equador) (Batista, 2013):

A construção da agroecologia enquanto área do conhecimento que estrutura uma matriz produtiva fundada em preceitos ecológicos trouxe a possibilidade de reunir em uma só terminologia diferentes formas de agricultura que contrapõem o modelo dominante. Em torno da agroecologia passaram a se reunir desde as práticas agrícolas tradicionais milenares até as novas tecnologias sociais de produção agrícola desenvolvidas no bojo da ecologia política, e além de tudo a base de matriz produtiva colocada como ferramenta dos movimentos sociais do campo para contrapor o modelo agrícola dominante do agronegócio (Troilo, 2013, p. 54).

A agroecologia é um conjunto de conhecimentos sistematizados, técnicas e saberes dos povos camponeses, das comunidades tradicionais, “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42). Como proposta político-social para o desenvolvimento do campo, faz parte de um conjunto de ações sociais coletivas que procuram superar o modelo do agronegócio, apontando, assim, processos emancipatórios na perspectiva da luta pela mudança social.

Na perspectiva da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (2006⁴ apud Gubur e Toná, 2012, p. 66), “a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional”. Em linhas gerais, compreende-se que esta seja inseparável na luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação dos territórios, pelas reformas agrárias e urbanas e pela aliança e cooperação entre a classe operária e camponesa. Assim, a agroecologia traz em seu bojo a perspectiva de uma sociedade cujo objetivo central é a vida e a emancipação humana, em detrimento do lucro e da riqueza monetária. Segundo Troilo (2013), no Brasil, o principal movimento que pauta a agroecologia com a perspectiva de transformação da sociedade é o MST. Para Altieri (2010, p. 29):

Os movimentos camponeses e indígenas organizados que se baseiam na agricultura, como o movimento camponês internacional Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) do Brasil, há muito tempo sustentam que os agricultores precisam da terra para produzir a comida para suas próprias comunidades e seu país. Por esta razão, tem advogado por verdadeiras reformas agrárias para aceder e controlar a terra, a água e a agrobiodiversidade, que são de vital importância para que as comunidades sejam capazes de satisfazer as crescentes demandas de comida.

Nesse sentido, ainda conforme Altieri, a Via Campesina defende que, para proteger o meio ambiente, a segurança e soberania alimentar, bem como o sustento e emprego, é preciso que a produção de alimentos permaneça nas mãos dos pequenos agricultores, não podendo ser uma atividade controlada por grandes corporações agroindustriais ou redes de supermercados. Com base nesses pressupostos, o conceito de soberania alimentar “se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes agricultor a agricultor” Altieri (2010, p. 30). Para Stedile e Carvalho (2012, p. 715), o conceito de soberania alimentar traz uma dimensão política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, “para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos”.

Partindo do princípio de que “o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano” (Stedile; Carvalho, 2012, p. 720), é inerente à população de cada país o direito de produzi-lo. Segundo os autores, já no início do século XX, José Martí advertia o povo latino-americano a respeito da necessidade da produção dos alimentos para não cair na dependência do capital externo. Para Martí, o povo que não consegue produzir seu próprio alimento é, sem dúvida, um povo escravo, uma vez que depende de outro país para sobreviver. Nesse sentido, a agroecologia ganha uma dimensão maior como proposta tecnológica e parte de um projeto político de desenvolvimento; da ótica do campesinato, ela se articula com um amplo leque de demandas perpassado pela reapropriação dos recursos naturais e do território camponês, o que coloca em pauta a urgência da política de reforma agrária.

4 VIA CAMPESINA; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Biodiversidade, organização popular, agroecologia. In: JORNADA DE AGROECOLOGIA, 5., Cascavel. *Anais...* Cascavel: Jornada de Agroecologia, 2006.

Assim, pensar o campo da perspectiva do campesinato significa preservar relações sociais baseadas em valores humanos, entre os quais a solidariedade e a fraternidade são princípios fundamentais. Assim, para Tardin (2012), as associações comunitárias, as cooperativas e várias outras experiências de alto nível de cooperação complexa são elementos essenciais nesse processo, tendo em vista a formação de uma estrutura social na qual os meios de produção e o trabalho sejam geridos coletivamente, com base em relações mais igualitárias.

Para tanto, o movimento agroecológico, como espaço de organização política, pauta-se no princípio da reestruturação produtiva, tendo em vista a perspectiva de uma organização cooperativada que potencialize os mercados locais e a apropriação dos trabalhadores camponeses no protagonismo e autonomia das decisões político-econômicas estruturais. Com efeito, se defende o campo como lugar de moradia e da reprodução da cultura, em contraposição ao modelo do agronegócio, que expropria e exclui os povos do campo.

Nesse caso, a mudança sinalizada pela agroecologia não será uma condição dada naturalmente pelo processo histórico social para a superação da agricultura industrial capitalista, mas uma intencionalidade social e política construída pelos trabalhadores e por suas organizações, dentro do movimento das contradições da realidade atual, o que ultrapassa as abordagens de cunho meramente ecológico-preservacionista. Para isso, do ponto de vista de Marx, o pressuposto dessa condição é a negação radical da ordem do capital. Nessa perspectiva, afirma que só num sistema socialista será possível promover um desenvolvimento econômico que satisfaça as necessidades humanas básicas (valor de uso), em detrimento da produção de mercadorias como valor de troca com vistas à apropriação da mais-valia. Nesse novo sistema, supõem-se a supressão da produção de supérfluos para a produção de lucro e a mudança positiva da relação metabólica entre homem e natureza.

Algumas considerações

O modelo de desenvolvimento capitalista tem se mostrado cada vez mais ineficiente para promover justiça ou igualdade social, pondo em xeque sua “função civilizatória”.

A separação antagônica entre cidade e campo, analisada por Marx no conceito de falha metabólica da relação homem-natureza na sociedade capitalista, aponta a necessidade de se enfrentarem as questões socioeconômicas e ambientais da sociedade atual e da busca de alternativas que superem as contradições postas pelo capital. No âmbito da agricultura, o sistema produtivo capitalista do agronegócio tem se configurado como um modelo ecologicamente devastador e concentrador de riqueza, cuja lógica desvirtua o “metabolismo entre o homem e a terra”, gerando problemas de ordem tanto ambiental como social, política e econômica.

Como proposta política e tecnológica de desenvolvimento do campo, a agroecologia faz parte de um conjunto de ações sociais coletivas que visam superar o paradigma do agronegócio apontando alternativas para a construção de processos contra-hegemônicos, na perspectiva da luta pela transformação social e pela emancipação humana dos trabalhadores. Entende-se que essa luta se insere num movimento dialético, cujo resultado não se pode determinar previamente, e que os possíveis avanços serão, portanto, uma construção dos próprios trabalhadores, que se fará dentro das estruturas da ordem capitalista vigente, por meio da luta de classes, e não como um processo de evolução “natural” da sociedade burguesa.

Referências

- ALENTEJANO, P. Modernização da agricultura. In: CALDARTE, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fiocruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 479-483.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Nera**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jan./jun. 2010.
- BATISTA, A. F. **Consciência e territorialização contra-hegemônica**: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.
- FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDARTE, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fiocruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 746-750.
- FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. p. 32-53. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 5.)
- GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDARTE, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fiocruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 59-67.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Trad. Jorge E. Silva. Rev. téc. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDARTE, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fiocruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 81-87.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro 3. tomo 2. v. 5.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- RIGOTTO, R. M.; ROSA, I. F. Agrotóxicos. In: CALDARTE, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fiocruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 88-96.

- STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDARTE, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fiocruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 716-725.
- TARDIN, J. M. Cultura camponesa. In: CALDARTE, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Fiocruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 180-188.
- TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-190.
- TROILO, G. **A agroecologia e o desenvolvimento da agricultura familiar**: avanço ou retrocesso para a organização da classe trabalhadora do campo? Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2013.